

Os colégios polivalentes em Minas Gerais: a experiência da escola estadual Guiomar de Freitas Costa (Uberlândia, 1971-1980)

Polyvalent high schools in Minas Gerais: the experience of
Guiomar de Freitas Costa state school (Uberlândia, 1971-1980)

Luciana Araujo Valle de RESENDE¹
Wenceslau GONÇALVES NETO²

Resumo

Este estudo buscou aprofundar o conhecimento acerca da Escola Estadual Polivalente Guiomar de Freitas Costa, situada em Uberlândia (MG). A pesquisa restringiu-se ao período de 1971 e 1980 e teve como principais questões as seguintes: em que contexto esta escola foi criada e como foi o seu funcionamento nos primeiros anos de sua instalação? Em atendimento a esses questionamentos, contemplou, metodologicamente, pesquisa documental e bibliográfica, bem como entrevistas com alunos e profissionais egressos da escola. Esta iniciativa, no declínio da lei que a embasou – a Lei n. 5.692/71, teve, também, sua proposta e atividades implantadas de forma bastante efêmera.

Palavras-chave: Escolas Polivalentes. Ensino profissionalizante. Ditaduramilitar.

Abstract

This study deepened the knowledge about the Polyvalent State School Guiomar de Freitas Costa, located in Uberlândia (MG). The research was restricted to the period between 1971 and 1980, and presented the following major questions: in which context this school was created and how it developed its activities in its early years? In order to answer these questions, methodologically, the study researched documents and bibliography and, lastly, interviewed students and professional alumni from the school. This High School, built in the decline of the law that constituted it – the Law n. 5,692/71 – also had ephemeral proposal and installed activities.

Keywords: Polyvalent Schools. Professional Learning. Military Dictatorship.

1 Doutoranda em Educação pela UFU, professora do IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro. Rua Blanche Galassi, n. 150, B. Altamira, Uberlândia, MG. CEP: 38411-104. E-mail: <luciana.resende@netsite.com.br>.

2 Doutor em História pela USP. Professor do Instituto de História e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História da Universidade Federal de Uberlândia. Avenida Uirapuru, 368, Cidade Jardim, Uberlândia – MG. CEP: 38412-166, E-mail: <wenceslau@ufu.br>.

Introdução

A ideia de se promover uma investigação acerca da Escola Estadual Polivalente Guiomar de Freitas Costa surgiu a partir da constatação da escassez de pesquisas a respeito das Escolas Polivalentes, principalmente na região do Triângulo Mineiro, e pela importância que elas representaram no contexto político, social, econômico e educacional da época.

O recorte temporal limita-se inferiormente pelo ano de 1971, em que foram criados oito Ginásios Polivalentes em Minas Gerais, dentre estes o de Uberlândia. Quanto ao limite superior, tivemos certa dificuldade em determiná-lo uma vez que não foram encontradas documentações que precisassem o fim do projeto. Pensamos, primeiramente, no ano de 1976, quando encerra o convênio assinado entre o Brasil e a USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional). Convênio, por meio do qual, implantaram-se os Polivalentes no Brasil. Entretanto, durante as entrevistas, verificamos que, mesmo tendo findado o convênio, a escola, por iniciativa de seu quadro administrativo e docente, manteve a proposta de ensino idealizada para o projeto. Pelo que pôde ser apurado, essa proposta foi mantida, mesmo que com restrições e dificuldades, até aproximadamente o ano de 1980. Optamos, então, por definir este ano como a data limite do nosso recorte temporal.

O objetivo central da pesquisa que embasou este trabalho foi refletir sobre uma fração da história da educação brasileira a partir do estudo das Escolas Polivalentes, e em específico a de Uberlândia, integrantes de um projeto social, político e educacional, num período marcado por fortes contradições – ditatorial militar – que deixou marcas profundas na sociedade brasileira.

Especificamente, buscamos identificar como a proposta de ensino dos Polivalentes se materializou na Escola Estadual Guiomar de Freitas Costa e como foi percebida por seus principais agentes – professores, profissionais técnico-administrativos e alunos; bem como se a escola conseguiu atingir os objetivos previstos no projeto de sua criação e os reais fatores que impossibilitaram a sua continuidade.

Visando tais objetivos, metodologicamente, a pesquisa contemplou procedimentos que tiveram como base diversas fontes. Uma delas refere-se à bibliográfica, que proporciona um embasamento teórico à pesquisa e fornece elementos para a compreensão e análise dos dados coletados na escola-campo. A segunda diz respeito à documentação que se encontra tanto no próprio estabelecimento de ensino quanto na 40ª Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, como leis e decretos publicados no jornal oficial Minas Gerais, quadro curricular, planta baixa, livro de registro de matrícula, diários de classes, entre outros. Foi utilizada também a imprensa local, privilegiando o Jornal *Correio*

de Uberlândia, cujos exemplares encontram-se no Arquivo Público Municipal de Uberlândia. Finalizando, consideramos o levantamento das fontes orais, que, salvaguardadas as suas limitações, dão vida à realidade expressa nas demais fontes.

O trabalho com as fontes orais pressupõe o esclarecimento do conceito de memória, que engloba tanto a pessoal quanto a coletiva. Le Goff, em seu ensaio sobre a memória, admite fazê-lo enfatizando a coletiva, entretanto, apresenta um conceito mais geral: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”(LE GOFF, 2003, p.419).

É neste conceito que nos pautamos para a realização das entrevistas com pessoas que vivenciaram a proposta educacional da Escola Polivalente de Uberlândia, justamente com o intuito de recuperar essas *impressões ou informações passadas*, que confrontadas entre si e com as demais fontes utilizadas, nos auxiliarão no alcance do nosso objetivo.

E sobre ela, Dosse (2003, p. 289) afirma: “A memória é, portanto, em relação à história, um modo de seleção no passado, uma construção intelectual e não um fluxo exterior ao pensamento”. E acrescentamos: seleção daquilo que nos é significativo e que nos constitui como seres históricos.

Portanto, é o percurso histórico de alguns indivíduos que buscaremos recuperar e deles extrair os significados construídos sobre o nosso objeto, que, mais adiante, na discussão a ser feita sobre a escola propriamente dita, nos remeteremos, ao confrontarmos o conteúdo das experiências coletadas nas entrevistas com a memória coletiva apresentada nos referenciais teóricos.

Os acordos MEC-USAID, a EPEM (Equipe de planejamento do ensino médio) e o PREMEM (Programa de expansão e melhoria do ensino médio)

No contexto internacional da Guerra Fria e do interesse norte-americano em expandir e consolidar seu poderio político e econômico aos países da América Latina, logo após o golpe de 1964, o Brasil e os EUA passaram a assinar vários acordos de cooperação entre os dois países, dentre os quais, os acordos MEC-USAID para a *melhoria* da educação brasileira.

Acordos como esses já haviam ocorrido em momentos anteriores em outras áreas da educação. Só para exemplificar podemos citar a CBAI – Comissão Brasileiro-Americana para o Ensino Industrial. Segundo Ciavatta (2009,p. 313), esta comissão surgiu “[...] como parte do Ministério da Educação, no Brasil”, e o acordo “[...] visava ao intercâmbio de informações relativas aos métodos, materiais e orientação educacional para o ensino industrial e o treinamento de professores”.

Segundo Arapiraca (1982), por meio do convênio com a USAID e do treinamento oferecido por ela aos nossos técnicos, estes

[...] não foram buscar nos EUA orientação técnica simplesmente; eles foram submeter-se a processos de *internalização* de valores culturais para ‘serem melhor qualificados para adaptarem suas experiências adquiridas nos EUA ao seu ambiente de trabalho no Brasil.’ (ARAPIRACA, 1982, p. 121, grifos do autor).

Embora o projeto contasse com o apoio de alguns setores da sociedade,³ os objetivos dessa agência eram contrários aos segmentos críticos dos intelectuais, professores e alunos brasileiros. Os acordos firmados entre os dois países foram mantidos dentro do maior sigilo possível, sendo conhecidas somente as suas consequências, visto que estas se manifestaram, por exemplo, nas reformas universitária e de 1º e 2º graus e na criação dos ginásios polivalentes. Analisando esses acordos, Alves (1968, p. 70) conclui: “[...] cada acordo é uma espiral, que leva a novos acordos e à transferência de mais encargos à USAID”.

Para que o acordo entre o MEC e a USAID pudesse ser viabilizado, a USAID contratou quatro especialistas, que atuariam como consultores por dois anos, e que, em conjunto com quatro educadores brasileiros, comporiam a equipe responsável por implementar as ações previstas pelo convênio. Assim, foi estruturada a EPEM (Equipe de Planejamento do Ensino Médio) nacional, com oito membros, para assessorar os estados e implantar as EPEMs locais, subordinadas à nacional. O acordo que, inicialmente, previa uma duração de dois anos – 31/03/65 a 30/07/67 – foi sendo renovado e vigorou até 1976 e atendeu principalmente os estados do Rio Grande do Sul, *Minas Gerais*, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco.

Os trabalhos da EPEM deram origem a vários programas, dentre eles, o que nos interessa no presente estudo, o PREMEM.

O PREMEM (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio) foi regulamentado pelo Decreto n. 63.914, de 26 de dezembro de 1968, com o objetivo de “[...] incentivar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio”(BRASIL. Decreto n. 63.914, de 1968). Para tal, contou com “recursos orçamentários federais e estaduais, e extra-orçamentários de fontes internas e externas”. Dirigido por uma Comissão de Administração, que atuava junto ao MEC, era composto por seis membros, dentre estes o coordenador, designado pelo Ministro de Estado.

3 Devido ao formato deste trabalho, não discutiremos aqui essa questão. Entretanto, o leitor interessado pode ver, por exemplo, Skidmore (1988, p. 63-100).

De acordo com Arapiraca (1982, p. 136), o programa se subdividia em outros dois, um nacional e os estaduais, compostos por três projetos: “[...] equipamento, construção e treinamento” e herdou algumas das orientações dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOTs), bem como a fornecida pela EPEM. Sua elaboração ocorreu entre os anos de 1966 e 1970. Estes três projetos serão mais bem entendidos quando tratarmos da Escola Estadual Polivalente Guiomar de Freitas Costa. A partir de 1972, a EPEM foi incorporada ao PREMEM, ficando vinculada ao MEC e perdendo, assim, a sua autonomia.

No ensino médio, o alcance dos acordos MEC-USAID ultrapassou os objetivos de assessorar o planejamento, a criação e a implementação dos ginásios polivalentes. Eles visaram, também, a assessoria para a expansão e o aperfeiçoamento do quadro de professores do ensino médio brasileiro. Segundo o diagnóstico nacional apresentado no convênio firmado em 24 de junho de 1966, havia uma “[...] diferença de 3.100 entre o número de professores necessários e o número de professores formados” (ALVES, 1968, p. 84).

O país carecia, então, de formar esses profissionais rapidamente. Para tal, o processo seletivo para professor nos Polivalentes exigia apenas o 2º grau e, após a aprovação, esses professores passariam por um programa de treinamento oferecido pelo PREMEM, que correspondia a uma licenciatura curta.

As escolas polivalentes e a escola estadual polivalente Guiomar de Freitas Costa

A genealogia da Escola Polivalente, segundo Arapiraca (1982), pode ser encontrada, nos EUA, na *Comprehensive High School* e, no Brasil, no Ginásio Orientado para o Trabalho (GOT).

Para orientar a organização dessa escola, que também é conhecida como Ginásio Polivalente, ou “ginásio único, pluricurricular, moderno” (MINAS GERAIS, 1970), foi elaborado, em 1969, pelo Ministério da Educação e Cultura, o texto *Subsídios para o estudo do Ginásio Polivalente* (BRASIL, 1969). Neste, entre outros tópicos, Gildásio Amado apresenta a proposta do Ginásio Orientado para o Trabalho (ou Ginásio Polivalente), da qual constam orientações sobre: currículo, metodologias, sistema de avaliação, anuidades, programa de formação de professores, enfim, da filosofia dos Polivalentes.

A inauguração da primeira escola Polivalente em Minas Gerais foi noticiada pelo jornal *Correio de Uberlândia*, no dia 12 de setembro de 1971, anunciando o projeto do PREMEM, que pretendia, além de criar 240 mil vagas no ensino fundamental, implantar um novo modelo de ensino de primeiro ciclo.

O projeto previa serem construídas, até 1974, mais 275 escolas Polivalentes, além das 30 escolas tradicionais já existentes que seriam adaptadas a esse novo programa. Previa, ainda, o treinamento de 23 mil professores e um investimento de 244 milhões de cruzeiros.

Segundo dados obtidos na Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, os Ginásios Estaduais Polivalentes, assim denominados pela Lei que os regulamenta, Lei n. 5.760 de 14 de setembro de 1971, foram criados, numa primeira etapa, em oito cidades – Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba, *Uberlândia*, Montes Claros, Teófilo Otoni, Divinópolis e Patos de Minas –, nos termos do Convênio aprovado pela Resolução n. 925, de 27 de maio de 1970, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O jornal *Correio de Uberlândia* divulgou a abertura das inscrições para a escola. Os alunos inscritos submeter-se-iam a um exame de seleção, constando de prova objetiva, que visava medir os conhecimentos básicos adquiridos na série anterior, redação e provas psicológicas (aptidão). Após esse, os alunos seriam selecionados e classificados de acordo com o número de vagas existentes.

Conforme consta das atas de reunião do pessoal técnico-administrativo desse estabelecimento de ensino, a Escola Estadual Polivalente Guiomar de Freitas Costa iniciou suas atividades no dia 15 de julho do ano de 1971, no Grupo Escolar Bom Jesus de Uberlândia, pelo fato de suas instalações próprias ainda estarem em fase de conclusão de obras.

Em 8 de setembro de 1971, depois de aplicadas as provas de seleção, foram recebidas as primeiras turmas de alunos.

Buscaremos, a partir de então, estabelecer um paralelo entre o que foi proposto e o que foi identificado na implementação dessa proposta na Escola Polivalente Guiomar de Freitas Costa.

Em relação à estrutura curricular e à orientação metodológica, “Nos ginásios orientados para o trabalho, associa-se uma iniciação técnica à educação geral” (BRASIL, 1969, p. 83). Esta se refere ao núcleo de disciplinas comuns do ginásio secundário, enquanto, a primeira compreende as disciplinas práticas de Artes Industriais, Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais e Educação para o Lar. Essa informação é confirmada pelo Plano Curricular pesquisado na Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, de 5ª a 8ª série, diurno, em 1976.

A Educação Geral era composta por cinco áreas de estudo, que, por sua vez, eram compostas pelos conteúdos específicos. A área de Comunicação e Expressão incluía Língua Portuguesa, Educação Artística, Língua Estrangeira (Inglês/Francês) e Educação Física; a área de Estudos Sociais por História, Moral e Cívica, OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e Geografia; a área de Ciências e Matemática constituía-se em Ciências físicas e biológicas e

programas de saúde e Matemática; Ensino Religioso, e a quinta área, Biblioteca, oferecida somente para a 5ª série.

Os conteúdos de Moral e Cívica e OSPB, de 5ª a 7ª série, estavam integrados à História; já na 8ª série, constituíam-se como conteúdo específico.

A Formação Específica era composta pelas três áreas econômicas – primária, secundária e terciária – cada uma delas incluindo vários conhecimentos. Primária: olericultura, jardinagem, fruticultura, indústrias de produtos alimentícios, zootecnia (cunicultura, avicultura); secundária: artes gráficas, cerâmica, eletricidade, madeira, metal, mecânica; terciária: miniempresa comercial, atividades comerciais, atividades bancárias, atividades de escritório, datilografia e habitação e decoração.

A escola trabalhava com 180 dias letivos, distribuídos em 90 dias semestrais e cinco semanais. A duração de cada módulo era de 50 minutos, totalizando uma carga horária anual de 750 horas. O recreio com duração de 20 minutos não era computado na carga mínima obrigatória.

Entretanto, no ano de 1976, a escola parece ter passado por uma reorganização curricular, pois, na Superintendência Regional de Ensino esse é o quadro curricular mais antigo que pode ser encontrado, não constando nenhum outro anterior. E há algumas informações obtidas em outras fontes, como os entrevistados que trabalharam na escola no período de 1971 a 1975 e a Resolução 925, que discordam do apresentado nessa estrutura curricular. As diferenças são basicamente as seguintes.

Segundo consta da Resolução 925: regime semestral de aulas em substituição ao anual. A adoção desse regime visava flexibilizar a oferta das disciplinas, facilitar o processo de organização do conteúdo, distribuição do tempo, recuperação e o fluxo dos alunos nas séries. Um entrevistado expõe sobre esse assunto: “[...] o curso era feito semestralmente, então, o aluno se ele não fosse bem ele não perdia o ano todo, ele perdia um semestre e logo depois entrava na turma que vinha em seguida” (E4).⁴

4 Optamos por não revelar a identidade dos entrevistados por acreditar que o anonimato os deixaria mais à vontade para expor os seus pensamentos, impressões e sentimentos em relação à escola pesquisada. Assim sendo, serão identificados por um código conhecido apenas pelos pesquisadores. As pessoas entrevistadas contribuíram com seus depoimentos no sentido de esclarecer e explicitar o cotidiano escolar, a forma como o projeto dos Polivalentes se materializou nesse estabelecimento de ensino em particular, bem como de apontar os desvios/ajustes que a proposta sofreu ao ser implementada nessa realidade específica. Esclarecemos ainda que as entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra e apresentadas aos entrevistados para que estes autorizassem a sua utilização em trabalhos decorrentes da pesquisa. Dessa forma, optamos por manter o texto conforme foi autorizado, mesmo ciente das inadequações gramaticais próprias da oralidade. Nesse sentido, Thompson (2002, p. 293) afirma: “[...] não existe nada que substitua uma transcrição completa. [...] o historiador não pode saber hoje que perguntas serão feitas pelos historiadores futuros, de modo que qualquer seleção que faça resultará na perda de detalhes que posteriormente podem se mostrar significativos. [...] A gramática e a ordem das palavras devem ser deixadas como foram faladas”. Para uma melhor compreensão do assunto, seguem algumas sugestões de referências: Ferreira; Amado (2006); Meihy (2002) e Thompson (2002).

Uma segunda discordância seria em relação aos módulos de aulas, que segundo um dos entrevistados, cada módulo era de trinta minutos, que não era isolado. Cada professor, dentro da carga horária destinada à sua disciplina, poderia optar por aulas de dois a quatro módulos.

Uma terceira e última diferença seria em relação à disciplina de ensino religioso constante do quadro curricular. De acordo com um dos depoentes, “a escola não tinha foco religioso de forma nenhuma, ela era totalmente laica, mas respeitava todas as religiões” (E6).

Dessa forma, pela inexistência de um quadro curricular que regulamentasse a escola desde o início de seu funcionamento em 1971 e por essas dissonâncias entre os depoimentos e o quadro de 1976, cremos que, nesse ano, o currículo da escola Polivalente-Uberlândia tenha sido alterado.

Em relação à sondagem de aptidões, os *Subsídios* citam o seguinte: “Num ginásio polivalente, com um bom serviço de orientação, é possível captar gradualmente as tendências e orientá-las, com benefício para o educando, com benefício para a sociedade, com benefício para o desenvolvimento econômico” (BRASIL, 1969, p. 93).

Esse objetivo de sondagem vocacional, em Uberlândia, não ficou claro para todos os membros da comunidade escolar. Alguns alunos e professores entrevistados afirmam não ser esse o objetivo da escola. Interrogados sobre a possibilidade de a escola realizar uma sondagem vocacional, ou ainda, uma pré-profissionalização de seus alunos, obtivemos respostas nas seguintes direções: formação para a vida e criação de consciência para o exercício da cidadania.

É interessante perceber também que esses depoimentos foram dados por pessoas que participaram da fase inicial do Polivalente, de 1971 a 1975. Já os que vivenciaram a educação na escola no período seguinte, na segunda metade da década de 1970, disseram ter conhecimento desse objetivo, mas, que, no entanto, a formação não se limitava a ele, buscava extrapolá-lo no sentido de formar cidadãos conscientes para viver e atuar em sociedade.

Em relação à gratuidade do ensino, o documento apresenta:

Para estabelecimentos de ensino gratuito, o auxílio é uma doação. Para os estabelecimentos que cobram anuidades, o auxílio é retribuído sob a forma de bolsas-de-estudo a estudantes comprovadamente carentes de recursos. (BRASIL, 1969, p. 86).

Percebemos, então, que era facultado à instituição cobrar ou não anuidades. O Polivalente de Uberlândia, segundo depoimentos, não cobrava anuidades, mas recebia dos pais de alunos possuidores de uma boa condição financeira uma

contribuição para a Caixa Escolar. As verbas arrecadadas pela Caixa Escolar, provenientes tanto dessas contribuições dos pais quanto dos eventos promovidos pela escola, que também contavam com o auxílio e a participação desses pais, destinavam a suprir as necessidades dos alunos mais carentes, bem como, a equipar a escola com materiais e recursos pedagógicos necessários para o desenvolvimento de aulas mais ricas e produtivas. Um desses eventos era a festa junina. Promovida pela comunidade escolar e aberta ao público em geral.

A forma de funcionamento e direcionamento dos recursos da Caixa Escolar trazem à tona um importante elemento de análise, que é a questão social, que também estava diretamente relacionada com a proposta dos Polivalentes.

Por meio dos depoimentos, ficou claro que a Escola Polivalente de Uberlândia atendia alunos de diferentes realidades socioeconômicas. A escola por ter sido construída, na época, em um bairro periférico da cidade, atendia aos alunos do bairro, provenientes das escolas públicas da região, na maioria, de famílias de classe baixa. Isso porque era justamente esse o público alvo dos Polivalentes. E essa questão não é novidade para nós, uma vez que, historicamente, o ensino voltado para o trabalho, de forma geral, sempre esteve direcionado às classes menos favorecidas, que carecem tanto de uma qualificação profissional que lhes permita o mínimo necessário para o seu sustento quanto de uma perspectiva de, por meio desse estudo e desse trabalho, galgar alguns degraus na escada social.

A menção à classe social dos estudantes é feita em duas partes da Resolução 925, de 1970, reforçando os objetivos e a quem se dirige, preferencialmente, o ensino oferecido pelos Polivalentes: “[...] expandir e melhorar as oportunidades de educação média para *crianças de família de baixa renda*, que, de outra maneira, não teriam possibilidades de obter educação de grau médio” (MINAS GERAIS, 1970, grifo nosso).

Entretanto, nesse aspecto, assim como em outros, a Escola Polivalente de Uberlândia superou o proposto e se diferenciou no atendimento à sociedade. Na época da criação da escola, a sua proposta de ensino diferenciada, a sua estrutura física moderna e muito bem aparelhada e a perspectiva de uma educação de qualidade atraíram não só a população do bairro Roosevelt, mas também a das regiões centrais da cidade. Segundo depoimentos, a escola não deixou de cumprir o seu papel, ou seja, de atender à população carente do bairro, mas como essa era pequena, em função de o bairro ainda ser pouco habitado, foi possível disponibilizar vagas para estudantes de outras regiões da cidade e com outros perfis socioeconômicos.

Uma interessante característica, lembrada e enfatizada por todos os entrevistados, refere-se ao fato de a escola funcionar com salas ambientes. Dessa forma, não era a turma a *possuidora* da sala, mas o professor. Ou seja, as salas eram

divididas em salas ambientes ou laboratórios. Cada disciplina ou área de estudo tinha sua própria sala, com todos os recursos necessários para o trabalho com os conteúdos próprios da área de conhecimento à disposição do professor, que ficava fixo nessa sala. Ao invés de o professor ir até a sala de cada turma, as turmas é que circulavam entre as salas ambientes. E esses espaços eram organizados e equipados de acordo com a necessidade do conteúdo e do trabalho com o mesmo.

Essa forma de organização do trabalho escolar nos introduz em um importante aspecto do ensino-aprendizagem que é a metodologia. Penso que, aqui novamente, a Escola Polivalente de Uberlândia, foi muito além do que era previsto pelo programa.

Os métodos de ensino devem ser modernizados apoiando-se em livros de textos atualizados e de alta qualidade, em equipamento audiovisual adequado e outros meios auxiliares eficazes, bem como em modernas técnicas de medida objetivo da aprendizagem. [...] Deve ser estimulado um clima que favoreça o estudo e a pesquisa, a experimentação e a inovação. Atenção especial será dada ao aperfeiçoamento e atualização do ensino e do currículo no tocante a Ciências e Matemática. (MINAS GERAIS, 1970).

Este parágrafo, apesar de curto, traz alguns pontos que merecem ser abordados com maior cuidado, que são: os livros didáticos, os equipamentos, o incentivo à pesquisa, experimentação e inovação e, por fim, o aperfeiçoamento e atualização do ensino.

Começando pelo equipamento com o qual a escola foi montada, foram unânimes os elogios dos funcionários, professores e alunos entrevistados e o reconhecimento de que a escola recebeu o que, na época, havia de mais moderno e eficaz para uma educação de boa qualidade. O fato de a escola trabalhar com as salas ambientes e de disponibilizar, nessas, os recursos específicos ao ensino dos conteúdos já atesta a aplicação dessa orientação. E a escola, além dos recursos pedagógicos oferecidos na sua criação, por iniciativa própria, utilizava a verba arrecada com os eventos – por exemplo, a festa junina – para complementar os materiais necessários para esses ambientes de estudo.

Em relação aos recursos materiais, presumimos que, no início de seu funcionamento, o Polivalente não deixava nada a desejar. Entretanto, já na segunda metade da década de 1970, com o fim do convênio coma USAID, a mudança no governo estadual e o abandono desse projeto de educação a situação foi mudando. Os materiais já não eram tão abundantes, as máquinas e equipamentos que estragavam não recebiam manutenção e, apesar do esforço dos professores em

manter a proposta, algumas atividades começaram a deixar de ser realizadas. A falência desse projeto não foi sentida apenas em relação aos materiais, mas também aos professores e aos salários, que serão apresentadas mais a frente.

Em relação aos livros didáticos, um fato nos chamou muito a atenção. Vivendo sob a égide do regime militar, esperávamos que os livros fossem escolhidos pelos membros do governo e enviados para a escola como uma determinação, uma imposição. Entretanto, não foi isso que aconteceu. Durante a pesquisa, ficou-nos a impressão de que a escola, embora inserida num contexto de autoritarismo, configurou-se como um espaço de discussão, de participação e de abertura para o desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo de seus estudantes e profissionais. Segundo os entrevistados, a escolha dos títulos ficava a cargo dos professores que, sendo normalmente mais de um por área, se reuniam, analisavam os livros disponíveis no mercado e adotavam os que consideravam mais adequados.

Diante da pergunta *Os livros eram escolhidos pelos professores ou era uma determinação do governo?*, uma das respostas obtidas foi a seguinte: “Não, era tudo escolhido pelos professores, eles tinham liberdade. Viviam procurando [...]” (E4).

E quando o questionamento buscou identificar a presença de elementos ideológicos do regime ditatorial, a resposta de um dos professores sinalizou para a ausência de indicação desses princípios: “[...] não tinha nada de ideologia, nem a favor do governo nem contra o governo. [...] E do neutro eu fazia o que eu quisesse” (E6).

O que existia de obrigatoriedade era o cumprimento do currículo e, mesmo assim, neste cumprimento, além de haver certa flexibilidade quanto à metodologia, quanto à forma de conduzir o trabalho, percebemos que, este foi um dos aspectos em que os professores puderam resistir ao autoritarismo do regime. Passivamente, a resistência acontecia no foco que se dava aos conhecimentos trabalhados, buscando despertar nos alunos a reflexão e o espírito crítico e indo além da mera informação.

Pelos depoimentos, então, pudemos perceber que a Escola Polivalente de Uberlândia foi um foco de reflexão crítica ao regime militar e um elemento de superação das limitações e fragilidades existente no programa das Escolas Polivalentes como um todo. Acreditamos que a escola soube aproveitar o que tinha, mesmo que de forma determinada verticalmente, principalmente quando se pensa no currículo, que também é um instrumento de impressão e dominação ideológica, e usar isso a seu favor, ou seja, extrapolar essas questões doutrinárias e avançar, realmente, no sentido de possibilitar uma educação mais integral, humanizada e voltada para a cidadania.

No que concerne ao aperfeiçoamento e atualização do ensino, um dos aspectos que podem ser abordados é o referente à formação do professor proporcionada pelo PREMEM. Embora alguns entrevistados tenham indicado a existência de documentos que normatizavam o programa, estes não mais se encontram na

instituição ou em arquivos pessoais dos professores. Por isso, alertamos para uma possível diferença entre as informações quantitativas aqui apresentadas e as reais, visto que, em relação a esses aspectos, a memória pode se equivocar, em função de seus aspectos subjetivos e evocativos.

Para ser admitida junto ao quadro de profissionais das Escolas Polivalentes, a pessoa precisaria ser aprovada em concurso público. Para tal, a pessoa não necessitava, no caso do cargo para professor, ter graduação em licenciatura, o nível de escolaridade exigido era o médio. Aprovada neste concurso, aí sim, ela passaria por treinamento oferecido pelo PREMEM, específico da área para a qual foi aprovada. Todas as pessoas selecionadas para os Polivalentes tinham que passar por esse processo de treinamento que, no caso dos professores foi realizado pela Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, e dos secretários, pela UTRAMIG (Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais), também em Belo Horizonte. Para os professores que já possuíam curso superior, o programa oferecia um curso de aperfeiçoamento, intensivo, com duração de três meses. Para o professor que ainda não tinha o curso superior, era ministrada uma licenciatura curta, também em regime intensivo, nos períodos da manhã e tarde, totalizando dez meses de aula e uma carga horária de 2.200 horas de aula. Nesse período de treinamento, os funcionários já se encontravam registrados pelo programa e, portanto, já recebiam seus salários para a participação nesses cursos.

Este programa de formação e treinamento de professores objetivou introduzir e infundir no professor a proposta e a filosofia do programa. Os professores que iniciaram o trabalho em Uberlândia fizeram parte da primeira das três etapas constituintes desse projeto.

Na avaliação de uma das entrevistadas, “[...] os professores tinham uma formação bem superficial, aligeirada, e uma parte do programa, do currículo escolar, era uma formação prática” (E7). Entretanto, o que se pode verificar em Uberlândia é que, apesar dessa formação específica e limitada, os professores acreditaram na proposta e se dedicaram ao máximo a atividades de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional.

Como, inicialmente, os profissionais da escola eram contratados com regime integral de trabalho, ou seja, eles possuíam uma carga horária destinada à sala de aula e outra aos trabalhos de planejamento, estudo, aperfeiçoamento, atendimento de alunos e às demais dinâmicas próprias da escola, esse tipo de contrato facilitou, em muito, tanto esse processo de formação continuada quanto outros processos que serão abordados mais adiante.

O acompanhamento realizado pelo PREMEM se restringia à fase inicial da formação e, apesar de o programa facultar esse processo, a continuidade dele ficava por conta do desejo e da iniciativa de cada unidade escolar.

Finalmente, no que diz respeito ao incentivo à pesquisa, experimentação e inovação temos que, os dois últimos aspectos – experimentação e inovação – são favorecidos pela própria estrutura física e material da escola, bem como pelas quatro disciplinas de práticas – industriais, comerciais, agrícolas e de educação para o lar, inclusas no seu currículo. Vamos, então, enfatizar como a pesquisa era desenvolvida e incentivada na metodologia utilizada pelos professores do Polivalente-Uberlândia.

Dentro do desejo de desenvolver nos alunos a capacidade de reflexão, de crítica e de busca pelo conhecimento, as aulas eram ministradas de uma forma bem dinâmica, com muita interação entre os alunos e destes com o professor, eram realizados muitos trabalhos em grupo e de campo, buscando propiciar aos alunos a oportunidade de experimentar, verificar na realidade os conhecimentos teóricos, observar a natureza e as atividades humanas. Para melhor compreensão dessa metodologia, selecionamos alguns trechos das entrevistas.

Exposição de gado, por exemplo, eu ia à exposição pra ver como que estava organizado, e eles tinham questionário pra aplicar, entrevistar os fazendeiros, entrevistar o tratador do gado, entrevistar as pessoas que estão frequentando, se eles conseguissem entrevistar o cantor, ou o artista, eles entrevistavam também... entrevistar o dono do parque de diversões, quanto que ele está ganhando, o que ele faz, porque ele escolheu ser dono de parque de diversões, como que dá manutenção. Você via surgir um elo de possibilidades profissionais muito grande nesse trabalho. [...] Então a forma que eu tinha era eles divulgarem isso entre eles, fazer um trabalho de grupo, que chama de arquipélago, um grupo explica pro outro, mostra pro outro, e vai rodando na sala. E eles escolhiam o que ia pra exposição na escola, se todos quisessem ir também podiam ir, mas podiam mandar só alguns (E6).

[...] tinha aula de Moral e Cívica, mas a gente não dava aula de Moral e Cívica na sala; [...] Então, eu propus pra diretora dar essa aula no sábado, uma parte, principalmente com os jovens. E a minha colega ficou mais com as mulheres, mas se quisesse misturar podia. Aí eu fazia trabalho ambiental. Todo mundo arrumou bicicleta, então a gente saía de bicicleta lá do Polivalente e ia lá na Sucupira, no sábado de manhã. Tinha vez que a gente ia a pé pelo próprio bairro, conhecer o bairro, então a gente ia fazendo isso. Mas tinha normas. Ninguém desobedecia às normas do trânsito, todo

mundo andava certinho. Tinha solidariedade, se alguém furasse o pneu, todo mundo parava, ajudava a consertar a bicicleta; a gente levava lanche, aprendia a usar aquele lanche de forma parcimoniosa pra não comer tudo na ida e passar fome na volta... a água. Então, nas primeiras vezes eles apanhavam, comiam o lanche escondido, depois voltavam com fome, aí queria tomar o lanche do outro. Mas depois de um mês, dois meses, os erros levavam a acertar e eles passavam a ser prudentes, a ver que a justiça era importante, a solidariedade também, mas a gratidão também. Quando alguém te ajuda você vai ser grato a ele por ter te ajudado. Então, esses valores... não tem como falar deles, eles têm que ser vivenciados. Virtudes e defeitos a gente vivencia e corrige... e acerta. Não tem como falar sobre gratidão e nunca ser grato. Falar é fácil, agora, ser todas as vezes grato é muito mais difícil... e isso você só aprende vivenciando (E6).

Os professores foram treinados para trabalhar de uma forma mais dinâmica. Mesmo porque, a escola tinha muitos recursos. E os professores só trabalhavam dentro da escola, eles não trabalhavam fora da escola. Pelo menos no começo era assim. Então eles tinham tempo pra planejar, pra fazer reuniões de área, de organizar material e dar umas aulas mais dinâmicas (E7).

Arapiraca (1982, p. 154), ao apresentar o objetivo do projeto PREMEM, classifica a visão do programa como pragmática do “[...] saber fazer”. Esta visão, sem sombra de dúvidas, esteve presente na proposta dos Polivalentes e permeou todos os aspectos da educação oferecida por eles desde a estrutura física até a organização curricular.

Essa metodologia, segundo os entrevistados, era utilizada tanto em relação às disciplinas do núcleo comum, ou seja, as de formação geral, quanto às de formação específica, que eram as práticas. Para o desenvolvimento dessas, como já foi mencionado anteriormente, existiam os laboratórios munidos com os equipamentos, os recursos e os materiais específicos para o desenvolvimento de cada um dos setores. Nas aulas práticas, a turma era dividida em grupos menores e cada grupo se ocupava de uma determinada tarefa, de forma rotativa, até que todos os grupos tivessem passado por todas elas. Os materiais produzidos nessas aulas muitas vezes eram apresentados nas exposições que a escola realizava e, em seguida, os alunos os levavam para casa.

Além de levarem para casa os produtos da horta, parte deles era utilizada na cantina da escola para o preparo da sopa. O lanche era gratuito e oferecido para todos os alunos, indistintamente, carentes ou não. E com a fatura de legumes e hortaliças cultivados na própria escola, essa sopa ficou na memória de muitos.

Interligada a essas questões curriculares e metodológicas, um aspecto marcante e diferenciador das Escolas Polivalentes foi a sua estrutura física. A planta arquitetônica das Escolas Polivalentes estava em conformidade com os objetivos do projeto e era comum às escolas que viessem a ser construídas sob a sua proposta e foi, detalhadamente, normatizada pela Resolução 925, na diretriz de número 2 das Diretrizes Gerais para o Ginásio Polivalente.

Por todas essas questões – metodológicas, de estrutura física, organização curricular e de distribuição do tempo – a educação foi avaliada por todas as pessoas com as quais nós tivemos contato e que, direta ou indiretamente, se relacionaram com a escola no período pesquisado, como de muito boa qualidade.

Além do trabalho com os alunos, a escola buscava envolver os pais e a comunidade, não somente local do bairro onde ela se localizava, mas também de outras regiões, visto que ela possuía alunos das regiões centrais da cidade. Mais ainda, extrapolando os limites da cidade, chegando aos do estado e do país, na participação dos alunos em eventos científicos de âmbito nacional.

Começando pelos pais, foi constatado que esses – principalmente na primeira metade da década de 1970, quando a escola estava no auge do seu funcionamento – participavam de forma bastante efetiva da vida escolar de seus filhos e dos eventos proporcionados pela escola. Além dessas ocasiões, a escola, representada pelas figuras da diretora, da coordenadora pedagógica e dos professores, colocava-se sempre aberta a receber, escutar e auxiliar os pais em suas necessidades. Esses encontros aconteciam tanto em momentos em que a escola solicitava a presença dos pais para as reuniões de formação e entrega de boletins, quanto em situações em que a escola era solicitada pelas famílias, ou para a solução de alguma situação conflituosa ou para agradecimentos.

Em relação ao envolvimento da escola em eventos científicos locais e regionais, quem nos explica esse processo é um dos seus estudantes que teve a satisfação de participar e de ser premiado em um desses eventos: “[...] a nossa Feira de Ciências, ela classificava e os vencedores classificavam para o Regional. Então se você vencesse na escola você ia para o Regional. Se você vencesse no Regional você ia para o Estadual e do Estadual para o Brasileiro”(E1).

O processo de seleção, que constava de prova objetiva, redação e provas psicológicas (aptidão), de acordo com os entrevistados, teve uma peculiaridade bastante interessante. Na realidade, ele era válido apenas para os alunos oriundos das regiões da cidade que não a do bairro Roosevelt. Isso porque, como já

foi citado anteriormente, a escola se destinava às crianças das classes menos favorecidas e, preferencialmente, as residentes no bairro em que ela se localizava. Entretanto, como havia vagas ociosas, a escola aceitava estudantes de outras regiões e classes sociais da cidade. Assim, para o ingresso na escola, todos os interessados inscreviam-se no exame de seleção e realizavam as provas. As crianças oriundas das escolas públicas do bairro Roosevelt, de antemão, já estavam com suas vagas garantidas, e as outras iam conquistando as vagas, de acordo com a classificação nesse exame. Esse processo, digamos, de *pré-aprovação* era sigiloso e de conhecimento apenas dos funcionários da escola.

Para que não houvesse uma disparidade entre os alunos do bairro e os estudantes de outras regiões aprovados no exame, de acordo com alguns entrevistados, a escola desenvolvia uma espécie de *curso preparatório* para os alunos do nível educacional anterior interessados em ingressar no Polivalente. No segundo semestre, eram oferecidas aulas de Português e Matemática, no período da tarde, que serviam, ao mesmo tempo, de reforço para os alunos e de avaliação diagnóstica para os professores. Esse foi um trabalho extraoficial, de iniciativa da escola e dos seus funcionários. Representa, mais uma vez, que a materialização de uma proposta foge, em grande parte, ao controle e ao conhecimento de seus idealizadores. Esses diferenciais de compromisso e motivação nos parecem ser, juntamente com a questão salarial e de organização da escola, os responsáveis pela qualidade da educação oferecida pelo Polivalente-Uberlândia.

Considerações finais

O que pudemos perceber a partir da pesquisa realizada foi a existência de opiniões bem polarizadas em relação à escola Polivalente. Em relação às referências bibliográficas, absorvíamos um cenário obscuro, negativo, de grandes interesses capitalistas, que desconsideravam a identidade nacional e pessoal dos brasileiros. Em posição diametralmente oposta, dialogando com as fontes orais, o cenário era composto por pessoas satisfeitas com as oportunidades de estudo ou de trabalho, que não pouparam elogios à qualidade do ensino ministrado, à metodologia desenvolvida nas salas de aula, ao ambiente escolar harmonioso e propício à aprendizagem e à consistência da formação educacional vivenciada.

Essa polarização nos levou a outros questionamentos, que, por sua vez, nos possibilitaram elencar algumas hipóteses. Primeira: o processo de inculcação, alienação e camuflagem dos reais objetivos foi tão eficiente que impossibilitou a sua visualização pelos partícipes desse projeto. Segundo: assim como na física uma luz sofre refração ou difração ao mudar o seu meio de incidência, os objetivos

norte-americanos, ao entrarem em contato com o meio local, foram desviados e absorvidos com outros matizes pela sociedade uberlandense.

Pensando nos fatores que levaram a não continuidade do projeto, podemos mencionar alguns, mas todos eles girando em torno da questão financeira. O primeiro, que também se relaciona com questões políticas, foi o fim, em 1976, do convênio com a USAID, agência norte-americana que financiou o projeto, bem como o fracasso da reforma de 1º e 2º graus, que, entre outros, não conseguiu implantar a profissionalização compulsória em todo o ensino de 2º grau. O segundo seria o alto custo de construção, estruturação e, principalmente, manutenção dessas escolas, que pagavam salários aos seus professores bem superiores ao praticado no restante da rede estadual. E ainda, a previsão era de que todas as outras escolas, gradativamente, passassem a trabalhar segundo a proposta dos Polivalentes:

Objetiva o Programa, também ajudar o Estado a modernizar seus currículos e programas de estudo no nível médio, adotando gradualmente, a política da escola polivalente em seu sistema educacional. (MINAS GERAIS, 1970).

Não foram feitos cálculos para saber o valor exato, mas podemos imaginar o aumento no custo de manutenção se todas as escolas da rede estadual de ensino passassem a funcionar de acordo com esse modelo. Na hipótese de não haver essa extensão a todas as escolas, dando continuidade apenas às que já funcionavam nos moldes dos Polivalentes, quais seriam os argumentos para justificar a discrepância, de estrutura física, de equipamentos e de salários?!

Além do mais, seria um investimento grande demais para um setor historicamente desvalorizado. Ciavatta (2009) expõe que, no Brasil, o ensino profissionalizante, ou seja, o trabalho como *princípio educativo* passou por várias fases. A primeira seria a de negligência, uma vez que o trabalho era considerado uma atividade indigna dos cidadãos e, por isso, destinada aos excluídos, e que, dessa forma, não necessitavam de educação. A segunda seria a de *redenção*, uma vez que foi implementado não com fins produtivos, mas de resgatar das situações de miséria os desvalidos da sociedade e, assim, aproveitá-los em atividades úteis a essa mesma sociedade. Em terceiro lugar, com o capitalismo, foi incorporado como uma forma de suprir as demandas das indústrias e da sociedade de trabalhadores qualificados, mesmo que minimamente. Nesta fase, intercalam-se momentos de maior e menor ênfase de investimentos e menor ou maior esforço de tentativa de superação da dicotomia entre teoria e prática ou trabalho mental e trabalho manual.

Acreditamos que o Polivalente-Uberlândia tenha sido um desses esforços na tentativa de superar essa dicotomia, quando buscava teorizar a prática e praticar a teoria cotidianamente nas práticas pedagógicas vivenciadas durante as aulas.

Entretanto, pensando na proposta geral dos Polivalentes, é possível identificar, por seu currículo, duas tônicas do Período Militar que se interligavam, a profissionalização e a disciplinarização. Referindo-se a esta, para a própria sobrevivência do regime, era necessário formar o cidadão disciplinado, ordeiro e educado. Era preciso imprimir nos indivíduos a ideia de valorização do que era nacional, de que o Brasil era um país em pleno desenvolvimento econômico, e que, por meio da moralização e do civismo, as pessoas cumpridoras dos seus deveres poderiam ser partícipes do grande desenvolvimento pelo qual o país passava. Quanto à profissionalização, o cidadão era beneficiado com a formação técnica, mas o grande beneficiário de toda essa escolarização era o próprio capital, que contava com uma força de trabalho qualificada e excedente, que cada vez mais se aprofundava numa situação de exploração.

A profissionalização, elemento tanto da Reforma de 1º e 2º graus quanto das Escolas Polivalentes, que visava atender à necessidade de mão de obra requerida pelo mercado de trabalho e, além disso, diminuir a demanda pelo ensino superior, fracassou na obtenção desses dois objetivos.

Hoje a Escola Estadual Guiomar de Freitas Costa cumpre, ainda, a sua função de instituição de ensino, mas, agora, como todas as demais escolas da rede estadual de Uberlândia. No entanto, parte de suas características originárias ainda encontra-se presente no prédio, na estrutura física e na memória dos que vivenciaram os seus tempos áureos, seja como alunos ou como profissionais.

Referências

ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 63.914**, de 26 de dezembro de 1968. Provê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194725>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Subsídios para o estudo do ginásio polivalente**. Rio de Janeiro, 1969. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002618.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei n. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5692.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores** (Rio de Janeiro, 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina; CNPq, FAPERJ, 2009.

DOSSE, François. **A história**. Bauru: EDUSC, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

INAUGURA-SE amanhã a primeira Polivalente. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, n. 11.321, 12 set. 1971, p. 5.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Resolução n. 925/ 1970, de 27/05/1970 (texto original). Aprova o Convênio celebrado entre a União, representada pelo Ministério da Educação e Cultura, através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Primário [Médio] – PREMEM – e o Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?co1=e&d=NJMG&p=1&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama_pesquisa.asp>. Acesso em: 1 set. 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Recebimento em: 15/06/2011.

Aceite em: 22/04/2012.